

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DA 4ª REGIÃO – 2023

Semana 1	04/12	05/12	06/12	07/12	08/12
9h-11h	A importância do sistema de precedentes na garantia da Segurança Jurídica. Joel IlPan Paciornik (1) Papel da Presidência do Tribunal Regional Federal e sua relação com os magistrados. Fernando Quadros da Silva (1)	A Justiça Federal na Organização Judiciária Brasileira. Fábio Vitório Mattiello (1h) Conselho da Justiça Federal: legislação, competências e interfaces com a atividade fim e meio da Justiça Federal. Erivaldo Ribeiro dos Santos (1)	Administração judiciária em nível macroinstitucional - planejamento e gestão estratégicos, projetos institucionais, inovação. Administração central (TRF4) e direções do foro. Eduardo Tonetto Picarelli Alexandre Antonini (2)	Relações da imprensa com o Poder Judiciário: bastidores do jornalismo; coletivas e entrevistas e comunicando a jurisprudência. Samuel Figueiredo e Carolina Brígido (2)	FERIADO
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	Papel da Vice-presidência do Tribunal Regional Federal João Batista Pinto Silveira (1) Competências da Vice-presidência no Tribunal Regional Federal e admissibilidade de recursos aos Tribunais Superiores. Murilo Brião da Silva (1)	11h - 12h O funcionamento da Ouvidoria e o papel da Ouvidoria da Mulher Luiz Antonio Bonat e Ana Cristina Ferro Blasi (1)	Administração Judicial das Varas Federais. Atribuições do juiz federal e do juiz federal Substituto, relações institucionais e interpessoais. Ricardo Soriano Fay Denise Bins (2)	Comunicação Digital. Práticas éticas na Comunicação judicial e gestão de crise no judiciário Samuel Figueiredo e Carolina Brígido (2)	FERIADO
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO		ALMOÇO

14h-16h	A estrutura do Ministério Público Federal e suas atribuições constitucionais Marcelo Veiga Beckhausen (1h) Atribuições e estrutura da COJEF e dos juizados especiais. Papel e competências das Turmas de Uniformização regional e nacional. Taís Schilling Ferraz e Eliana Paggiarin Marinho (3h)	14h-15h Diálogos Interinstitucionais na perspectiva da Justiça Federal Rodrigo Coutinho (1) 15h-16h O papel do Defensoria Pública da União junto a Justiça Federal Renato Braga Vinhas (1h)	Administração da vara e processos. Jurisdição em subseção localizada no interior do estado. Ricardo Soriano Fay Ramon Paulo Garcia (1,5) 14h - 15h30m	A OAB e seu papel na relação com o Judiciário e a defesa das prerrogativas dos advogados Ricardo Breier Mateus Marques (1h) A Advocacia Pública e sua atuação na Justiça Federal Clarice Costa Calixto - AGU (1)	FERIADO
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16h-18h	Atribuições e estrutura da COJEF e dos juizados especiais. Papel e competências das Turmas de Uniformização; regional e nacional. Taís Schilling Ferraz e Eliana Paggiarin Marinho	16h-17h A Escola Judicial de Magistrados e Servidores do TRF4 – EMAGIS e seu papel formativo e de qualificação dos magistrados Rogerio Favreto (1) 17h - 18h *** Entrega dos Laptops ***	Gestão participativa, cooperação horizontal, vertical e transversal. Gestão de pessoas, materiais e resultado. Ricardo Soriano Fay Gustavo Fogliatto Mariot (1,5) 15h30min - 17h Assédio nas relações de trabalho do poder Judiciário. Ricardo Soriano Fay Ana Maria Wickert Theisen (1) 17h - 18h	Conselho Nacional de Justiça: políticas e diretrizes para o Poder Judiciário Salise Sanchotene (2h)	FERIADO
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	

Módulo Nacional ENFAM

Semana 2	11/12	12/12	13/12	14/12	15/12
9h-11h					
	INTERVALO	INTERVALO		INTERVALO	INTERVALO
11h-13h					
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO			ALMOÇO
14h-16h					
	INTERVALO	INTERVALO		INTERVALO	INTERVALO
16h-18h					
Σ CH (h/a) 40					

Semana 3	08/01	09/01	10/01	11/01	12/01
9h-11h	Prática judicial e implicações sociopsicológicas. Roger Raupp Rios	Ética das virtudes e ética dos deveres no exercício da magistratura: introdução. Panorama geral. Independência judicial, juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar. Princípios de Bangalore de Conduta Judicial. Código Ibero-Americano de Ética Judicial. Código de Ética da Magistratura Nacional. Roger Raupp Rios	Ética judicial: atuação judicial e imparcialidade. Roger Raupp Rios	Legitimidade social e capacidade argumentativa: filosofia do direito, hermenêutica e argumentação jurídica. Claudio Ari Pinheiro de Mello	Respostas jurídicas antidiscriminatórias e direito à diferença. Roger Raupp Rios
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	Prática judicial e implicações sociopsicológicas. Roger Raupp Rios	Ética das virtudes e ética dos deveres no exercício da magistratura: introdução. Panorama geral. Independência judicial, juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar. Princípios de Bangalore de Conduta Judicial. Código Ibero-Americano de Ética Judicial. Código de Ética da Magistratura Nacional. Roger Raupp Rios	Ética judicial: atuação judicial e imparcialidade. Roger Raupp Rios	Legitimidade social e capacidade argumentativa: filosofia do direito, hermenêutica e argumentação jurídica. Claudio Ari Pinheiro de Mello	Respostas jurídicas antidiscriminatórias e direito à diferença. Roger Raupp Rios
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	Prática judicial e implicações sociopsicológicas: construções da subjetividade e implicações. Liane Pessin	Ética judicial: atuação judicial e independência. Roger Raupp Rios	Ética judicial: atuação judicial e integridade. Roger Raupp Rios	Legitimidade social e capacidade argumentativa no exercício da jurisdição: o desafio da laicidade nas sociedades plurais. Jayme Weingartner Neto	Diálogos e percepções diante da justiça Roger Raupp Rios Denise Dora Gleidson Renato Martins
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO

16h-18h	Prática judicial e implicações sociopsicológicas: construções da subjetividade e implicações. Liane Pessin	Ética judicial: atuação judicial e independência. Roger Raupp Rios	Ética judicial: atuação judicial e integridade. Roger Raupp Rios	Legitimidade social e capacidade argumentativa no exercício da jurisdição: o desafio da laicidade nas sociedades plurais. Jayme Weingartner Neto	Diálogos e percepções diante da justiça Roger Raupp Rios Denise Dora Gleudson Renato Martins
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	8h

Semana 4	15/01	16/01	17/01	18/01	19/01
9h-11h	Jurisdição federal na 4ª Região e demandas por igualdade. Roger Raupp Rios	Julgamento com perspectiva de gênero e enfrentamento do assédio: construção institucional e desafios. Tani Wurster	Impacto das decisões judiciais nas políticas públicas e formas de cumprimento e Impacto ambiental das decisões judiciais. Clara da Mota Santos Pimenta Alves	Conceitos, princípios e valores da Justiça Restaurativa. Carla Grahl e Catarina Volkart Pinto	Metodologias de Justiça Restaurativa e práticas restaurativas. Carla Grahl
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	Jurisdição federal na 4ª Região e demandas por igualdade. Roger Raupp Rios	Julgamento com perspectiva de gênero e enfrentamento do assédio: construção institucional e desafios. Tani Wurster	Impacto das decisões judiciais nas políticas públicas e formas de cumprimento e Impacto ambiental das decisões judiciais. Clara da Mota Santos Pimenta Alves	Conceitos, princípios e valores da Justiça Restaurativa. Carla Grahl e Catarina Volkart Pinto	Metodologias de Justiça Restaurativa e práticas restaurativas. Carla Grahl
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	Diálogos e percepções diante da justiça. Roger Raupp Rios Veriano Terto Jr Célio Golin	Julgamento com perspectiva de gênero e enfrentamento do assédio: debate de situações concretas. Tani Wurster	1 - Análise de decisões 2 - Casos concretos ou casos fictícios a serem decididos pelos alunos (juízes) Clara da Mota Santos Pimenta Alves	Gestão humanizada e promoção à saúde no trabalho. Cibele Vargas Machado Moro Daniel Chaves Vieira	A perspectiva restaurativa em políticas judiciárias nacionais. Catarina Volkart Pinto
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16h-18h	Diálogos e percepções diante da justiça. Roger Raupp Rios Veriano Terto Jr Célio Golin	Julgamento com perspectiva de gênero e enfrentamento do assédio: debate de situações concretas. Tani Wurster	1 - Análise de decisões 2 - Casos concretos ou casos fictícios a serem decididos pelos alunos (juízes) Clara da Mota Santos Pimenta Alves	Gestão humanizada e promoção à saúde no trabalho. Cibele Vargas Machado Moro Daniel Chaves Vieira	A perspectiva restaurativa em políticas judiciárias nacionais. Catarina Volkart Pinto
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	8h

Semana 5	22/01	23/01	24/01	25/01	26/01
9h-11h	A evolução da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses: Teoria do conflito, mapeamento de conflitos e princípios da mediação. André Gomma de Azevedo	O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região. Fóruns interinstitucionais e coordenações temáticas. Adelar Geronimo Gallina e Hermes Siedler da Conceição Júnior	Desenho de solução de disputas. Catarina Volkart Pinto	Apresentação do módulo “Técnica dos atos judiciais: decisão, sentença e audiência”. Relações do juiz com os textos. Usos da linguagem pelo juiz. Textos escritos e orais. Escolhas e consequências dos textos do juiz. Como nossa linguagem interfere no mundo e como afeta aos outros? Urbanidade nos textos. Palavras e sua carga ideológica. Dicionários. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior(2h)	Primeiras decisões O novo juiz e seus primeiros textos. Desafios, obstáculos e estratégias para superá-las. Hábitos e rotinas em decisões e sentenças. Vitaliciamento Murilo Scremin Czezcki Fábio Nunes de Martino Cândido Alfredo Silva Leal Júnior
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO

11h-13h	A evolução da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses: Teoria do conflito, mapeamento de conflitos e princípios da mediação. André Gomma de Azevedo	O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região. Fóruns interinstitucionais e coordenações temáticas. Adelar Geronimo Gallina e Hermes Siedler da Conceição Júnior	Desenho de solução de disputas. Catarina Volkart Pinto	Exibição de filme e debate. Filme “ <i>A Maior Luta de Muhammad Ali</i> ” (2013), do diretor Stephen Frears. Dinâmica do julgamento colegiado. Formação do convencimento e tomada de decisão. Relação do juiz com seus auxiliares. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior e Danilo Gomes Sanchotene	Atos complexos Sentenças complexas em processos volumosos. Processos volumosos. Fatos múltiplos ou complexos. Diversidade de partes. Como organizar? Como ordenar? A motivação dos atos decisórios em operações policiais complexas. O juiz criminal e as operações policiais complexas. Preparação, motivação, decisão, deflagração. Motivação das decisões criminais cautelares (prisões, medidas cautelares, busca e apreensão, interceptação telefônica). Incidentes surgidos antes, durante e depois da deflagração de operação policial. (painel com atividades práticas) Murilo Scremin Czezcki Fábio Nunes de Martino Cândido Alfredo Silva Leal Júnior
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO

14h-16h	Competências autocompositivas. Ferramentas e técnicas autocompositivas. Inovação em resolução de disputas. André Gomma de Azevedo	Mediação, conciliação e o Poder Público. Mediação em demandas repetitivas, conflitos estruturais e coletivos. Taís Schilling Ferraz	Comunicação não-violenta (CNV): noções e princípios. Escuta qualificada e acolhimento adequado. Técnicas e habilidades de comunicação. CNV na gestão de pessoas. Carla Grahl	Técnica da Audiência Como se preparar para a audiência? Como conduzir a audiência? Como se comunicar e se comportar durante a audiência? Casuística, dificuldades, obstáculos e experiências em audiências cíveis e criminais. Audiência à distância e videoconferência Gustavo Chies Cignachi Cândido Alfredo Silva Leal Júnior (2h)	Comunicação não-violenta pelo juiz Comunicação não-violenta usada na linguagem. Técnicas e práticas Fernanda Carvalho Leite Cândido Alfredo Silva Leal Júnior
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16h-18h	Competências autocompositivas. Ferramentas e técnicas autocompositivas. Inovação em resolução de disputas. André Gomma de Azevedo	Mediação, conciliação e o Poder Público. Mediação em demandas repetitivas, conflitos estruturais e coletivos. Taís Schilling Ferraz	Comunicação não-violenta (CNV): noções e princípios. Escuta qualificada e acolhimento adequado. Técnicas e habilidades de comunicação. CNV na gestão de pessoas. Carla Grahl	continuação	continuação
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	8h

Semana 6	29/01	30/01	31/01	01/02	02/02
9h-11h	Conhecendo a corregedoria e o sistema de correições presenciais. Vânia Hack de Almeida Graziela Soares (4)	SISTEMAS INFORMATIZADOS: G4, BNMP, SEEU. Eduardo Tonetto Picarelli Graziela Soares Flávio Fagundes Visentini (2)	DEFININDO O FUTURO: lotação inicial e vitaliciamento. Vânia Hack de Almeida, Eduardo Tonetto Picarelli Tiago do Carmo Martins Graziela Soares (2)	Eproc: gestão do acervo processual; criação de preferências; automatização da tramitação processual e assinatura de documentos. Ricardo Soriano Fay (3)	FERIADO
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	Conhecendo a corregedoria e o sistema de correições presenciais. (2) Vânia Hack de Almeida Graziela Soares (4)	INICIANDO NA MAGISTRATURA: chegando em uma nova cidade e conhecendo a equipe. Rony Ferreira e Erika Giovanini Reupke (2)	TIRA DÚVIDAS: conversa com a Corregedoria. Vânia Hack de Almeida, Eduardo Tonetto Picarelli Tiago do Carmo Martins Graziela Soares (2)	Autenticidade, integridade, validade, confiabilidade e disponibilidade de documentos eletrônicos. Ricardo Soriano Fay (1)	FERIADO
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	Especialização, regionalização e equalização da carga de trabalho. Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Eduardo Tonetto Picarelli (2)	INICIANDO NA MAGISTRATURA: o juiz para além da sentença – gestão de casos. Tiago do Carmo Martins (2)	Tecnologia da informação e das comunicações. Ricardo Soriano Fay (2)	xx	FERIADO
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16h-18h	O PLANTÃO NA JUSTIÇA FEDERAL Ingrid Sliwka e Tiago do Carmo Martins (2)	O JUDICIÁRIO NÃO É UMA ILHA: relações interinstitucionais. Vânia Hack de Almeida e Eduardo Tonetto Picarelli (2)	Sistemas informatizados processuais e administrativos: Eproc, SEI, SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Ricardo Soriano Fay (2)	xx	FERIADO
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	8h

Semana 7	05/02	06/02	07/02	08/02	09/02
9h-11h	Demandas repetitivas e grandes litigantes: a) identificação das demandas repetitivas de direito público; b) dados estatísticos sobre o aumento do número de processos judiciais; c) princípio da isonomia como substrato material que justifica uma atenção especial envolvendo demandas envolvendo o Poder Público; d) analisar ferramentas processuais visando à uniformização da jurisprudência em demandas repetitivas; e) sistema brasileiro de precedentes; f) a segurança jurídica e as demandas repetitivas; g) o microssistema dos Juizados Especiais Federais e a dissonância jurisprudencial com os Tribunais Regionais Federais e outros órgãos judiciários. Rodrigo Koehler Ribeiro (4h)	Tutelas antecipatórias e implantação de benefícios. João Batista Silveira (1h) Direitos sociais previdenciários e assistenciais e a prática na Vara Federal com competência ordinária e de JEF. Enrique Feldens Rodrigues (1h)	A prática jurisdicional ambiental na concretização de direitos humanos e de direitos fundamentais. Especificidades da tutela de urgência em ações coletivas ambientais. Soluções consensuais, espaços de diálogo e atividade judicial. Peculiaridades da instrução em demandas coletivas ambientais: estudos técnicos, perícia e inspeção judicial. Dificuldades no cumprimento de sentença em matéria ambiental. Rafaela Santos Martins da Rosa Clarides Rahmeier (4)	Diálogos formativos. Direitos humanos e direitos fundamentais e suas possibilidades teórico-práticas. Roger Raupp Rios Enrico Rodrigues de Freitas Pedro Pimenta Bossi (4)	
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO

11h-13h	Demandas repetitivas e grandes litigantes: a) identificação das demandas repetitivas de direito público; b) dados estatísticos sobre o aumento do número de processos judiciais; c) princípio da isonomia como substrato material que justifica uma atenção especial envolvendo demandas envolvendo o Poder Público; d) analisar ferramentas processuais visando à uniformização da jurisprudência em demandas repetitivas; e) sistema brasileiro de precedentes; f) a segurança jurídica e as demandas repetitivas; g) o microsistema dos Juizados Especiais Federais e a dissonância jurisprudencial com os Tribunais Regionais Federais e outros órgãos judiciários. Rodrigo Koehler Ribeiro	Direitos sociais previdenciários e assistenciais no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Jairo Schäfer (2)	A prática jurisdicional ambiental na concretização de direitos humanos e de direitos fundamentais. Especificidades da tutela de urgência em ações coletivas ambientais. Soluções consensuais, espaços de diálogo e atividade judicial. Peculiaridades da instrução em demandas coletivas ambientais: estudos técnicos, perícia e inspeção judicial. Dificuldades no cumprimento de sentença em matéria ambiental. Rafaela Santos Martins da Rosa Clarides Rahmeier	Diálogos formativos. Direitos humanos e direitos fundamentais e suas possibilidades teórico-práticas. Roger Raupp Rios Enrico Rodrigues de Freitas Pedro Pimenta Bossi	
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	Abordagem teórica e prática. a) audiência simulada envolvendo direito coletivo (demandas repetitivas); b) estudo de caso envolvendo direito coletivo (demandas repetitivas). Rodrigo Koehler Ribeiro (2)	Atividade Judicial e serviços Extrajudiciais Rodrigo Koehler Ribeiro Guilherme Pinho Machado (2)	A execução penal na Justiça Federal e a proteção de direitos fundamentais. A execução das penas restritivas de direito. Acompanhamento do cumprimento da pena: dificuldades e desafios. Destinação de recursos. Projetos sociais. Justiça restaurativa e execução penal. Cristina de Albuquerque Vieira Roberto Schaan Ferreira (4)	Direito Penal e Neurociências: aspectos práticos. Angelo Ilha da Silva (2)	
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO

16h-18h	Exercícios práticos sobre Demandas Repetitivas e grandes litigantes Rodrigo Koehler Ribeiro (2)	Competências da Direção do Foro na administração da Justiça Federal. Carla Evelise Hendges e Ana Paula Hollas (1) (FOI TROCADO COM 05/12)	A execução penal na Justiça Federal e a proteção de direitos fundamentais. A execução das penas restritivas de direito. Acompanhamento do cumprimento da pena: dificuldades e desafios. Destinação de recursos. Projetos sociais. Justiça restaurativa e execução penal. Cristina de Albuquerque Vieira Roberto Schaan Ferreira (4)	Delação premiada e acordo de leniência. Tratamento legislativo e pretoriano. Aspectos práticos. Pierpaolo Cruz Bottini (2)	
Σ CH (h/a)	8h	8h*ALTERADO	8h	8h	

Semana 8	12/02	13/02	14/02	15/02	16/02
9h-11h	FERIADO	FERIADO			
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	FERIADO	FERIADO			
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	FERIADO	FERIADO			
Σ CH (h/a)					

Semana 9	19/02	20/02	21/02	22/02	23/02
9h-11h	Tutela de direitos difusos: direito à moradia; políticas habitacionais; regularização fundiária; direito à terra. Betania Alfonsin (2)	Novas perspectivas para a efetivação dos direitos fundamentais no plano do controle de convencionalidade. A jurisdição federal e seu papel na observância dos tratados e das convenções internacionais. Possibilidades de ampliação da aplicação das normas de direitos humanos pela Justiça Federal. Gilberto Schäfer (4)	Aplicabilidade e princípios da nova Lei Geral de Licitações. Convívio das duas Leis Gerais de Licitações. Fases do processo licitatório e o prestígio ao princípio do planejamento na fase preparatória. Rafael da Cás Maffini (2)	Ação de Improbidade: petição inicial e suas limitações. Requisitos essenciais – hipóteses de inépcias. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1) Procedimento e produção de provas. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1)	Ato nulo na Ação Popular. Hipóteses. Análise do art. 3.º da Lei 4.717/65 – nulidade dos atos. Anulabilidade e nulidade. Lesividade presumida na Ação Popular. Hipóteses (art. 4.º, da Lei 4.717/65). Competência na Ação Popular e tutela de urgência. Ação Popular Inibitória. Princípio da Inafastabilidade da Tutela Jurisdicional. Polo passivo na Ação Popular e posição do Poder Público interessado. Limites para o litisconsórcio ativo. Posição do Ministério Público na Ação Popular. Litispendência com a Ação Civil Pública e a Ação de Improbidade Administrativa. Aspectos processuais. Procedimento. Citação por edital. Prazo para a contestação. Desobediência. Luiz Manoel Gomes Junior
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	

11h-13h	Meio ambiente urbano e cidade. Áreas da União e proteção do patrimônio cultural. Regularização Fundiária Urbana da União (REURB). Vanesca Buzelato Prestes (2)	CONTINUACAO	Do processo de contratação direto. da inexigibilidade e dispensa de licitação Silvio Rocha (2)	Tipos e penas – STF Tema 1199. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1) Distinção entre ilegalidade e improbidade administrativa. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1)	Desistência pelo autor popular e forma de substituição. Custas e despesas processuais. Danos processuais causados pela ação popular..... Sentença e coisa julgada. O significado da expressão <i>erga omnes</i> . Da remessa obrigatória em sede de Ação Popular. Dos recursos na Ação Popular. Prescrição e decadência em sede de Ação Popular. Luiz Manoel Gomes Junior (4)
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	Controle judicial da atividade policial na prova penal. Marcelo Semer (2)	Direitos sociais e direito à saúde. O funcionamento do Sistema Único de Saúde e seu papel. Ações individuais e coletivas. Os desafios da tutela de urgência nas demandas. Demandas envolvendo medicamentos, tratamentos, cirurgias e internações na prática jurisdicional federal. Paulo Gilberto Cogo Leivas (2)	Direitos fundamentais no campo penal. Prisões provisórias na realidade forense e a proteção dos direitos fundamentais. Prisão preventiva como medida excepcional. Audiência de custódia. José Henrique Rodrigues Torres (4)	Sentença e seus principais pontos. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1) Coisa Julgada – Direito Sancionador. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1)	Direitos sociais previdenciários e assistenciais. O papel do julgador na efetivação desses direitos. Paulo Afonso Brum Vaz (2)
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO

16h-18h	Proteção de direitos e tutela de urgência (avaliação, cumprimento, impacto, recorrência). Fernando Gajardoni (2)	Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. CONITEC. Bancos de dados e o NATJUS. Perícia. Possibilidades e limites à atuação do Poder Judiciário. Eugênio Terra (2)	Direitos fundamentais no campo penal. Prisões provisórias na realidade forense e a proteção dos direitos fundamentais. Prisão preventiva como medida excepcional. Audiência de custódia. José Henrique Rodrigues Torres (4)	Liquidação e Execução – legitimidade. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1) O mito da independência entre as instâncias. Luiz Manoel Gomes Junior e Rogério Favreto (1)	Dignidade da Pessoa Humana. Humanidade das penas. Personalização da pena. Legalidade, proporcionalidade e reserva de jurisdição. Vedação ao Excesso de Execução. Estatísticas do sistema carcerário: número de pessoas presas, taxa de aprisionamento (cautelar e definitivamente), superpopulação, déficit de vagas. O Estado de Coisas Inconstitucional. Perspectivas e possibilidades de enfrentamento. Medidas desencarceradoras. Paulo Augusto Oliveira Irion (2)
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h	8h	8h

Semana 10	26/02	27/02	28/02	29/02	01/03
9h-11h	A atuação extrajudicial do Ministério Público Federal em matéria ambiental: Termo de Ajustamento de Conduta, recomendações, audiências públicas, diálogos com os órgãos administrativos, inquérito civil público, transparência e participação da sociedade. A atuação do Ministério Público Federal em juízo. Temas especiais da atuação ministerial na proteção de direitos humanos e de direitos fundamentais. Darlan Airton Dias (4)	Direitos e Terras indígenas: história, conflitos sociais e instrumentos normativos aplicáveis. A jurisprudência brasileira. Julio José Araújo Júnior (4)	Repressão e prevenção à tortura e ao abuso de autoridade. Audiência de custódia. Plantão judicial. Marcelo Cardozo da Silva (4)	PRÁTICA	PRÁTICA
11h-13h	INTERVALO A atuação extrajudicial do Ministério Público Federal em matéria ambiental: Termo de Ajustamento de Conduta, recomendações, audiências públicas, diálogos com os órgãos administrativos, inquérito civil público, transparência e participação da sociedade. A atuação do Ministério Público Federal em juízo. Temas especiais da atuação ministerial na proteção de direitos humanos e de direitos fundamentais. Darlan Airton Dias	INTERVALO Direitos e Terras indígenas: história, conflitos sociais e instrumentos normativos aplicáveis. A jurisprudência brasileira. Julio José Araújo Júnior	INTERVALO Repressão e prevenção à tortura e ao abuso de autoridade. Audiência de custódia. Plantão judicial. Marcelo Cardozo da Silva (4)	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO

14h-16h	Cooperação policial e jurisdicional internacional. A experiência da Justiça Federal na cooperação ativa e passiva internacional. Análise de casos concretos: sucessos e insucessos. Direitos fundamentais na cooperação internacional. Vladimir Aras (4)	Crimes de ódio: discurso, grupos e organizações criminosas. Claudia Maria Dadico (4)	Processos estruturais na jurisdição federal: características, desafios e possibilidades na concretização de direitos difusos e coletivos. A realização de direitos humanos e de direitos fundamentais por meio de processos estruturais. Edilson Vitorelli (4)	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
16H-18H	Cooperação policial e jurisdicional internacional. A experiência da Justiça Federal na cooperação ativa e passiva internacional. Análise de casos concretos: sucessos e insucessos. Direitos fundamentais na cooperação internacional. Vladimir Aras	Crimes de ódio: discurso, grupos e organizações criminosas. Claudia Maria Dadico (4)	CONTINUACAO	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)	8h	8h	8h		

Semana 11	04/03	05/03	06/03	07/03	08/03
9h-11h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)					

Semana 12	11/03	12/03	13/03	14/03	15/03
9h-11h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)					

Semana 13	18/03	19/03	20/03	21/03	22/03
9h-11h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO		INTERVALO
11h-13h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)					

Semana 14	25/03	26/03	27/03	28/03	29/03
9h-11h	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
Σ CH (h/a)	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO

Semana 15	01/04	02/04	03/04	04/04	05/04
9h-11h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)					

Semana 16	08/04	09/04	10/04	11/04	12/04
9h-11h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO
11h-13h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
13h-14h	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
14h-16h	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA	PRÁTICA
Σ CH (h/a)					